

TEORIAS DOS SISTEMAS DINÂMICOS Teorizações sobre o capitalismo e a sua evolução

Tom R. Burns, em colaboração com Philippe Deville

Introdução

No âmbito da sociologia não existe apenas uma teoria dos sistemas.¹ Existem várias que, por vezes, divergem substancialmente entre si, por exemplo, na importância atribuída à agência humana, à criatividade e ao empreendedorismo na formação e modificação dos sistemas, na amplitude em que a luta e o conflito são tidos em conta, no grau em que o poder e a estratificação são parcelas integrantes da teoria e na extensão em que as mudanças e transformações estruturais — e, mais genericamente, os desenvolvimentos históricos — são considerados e explicados. O que as várias teorias de sistemas partilham é uma preocupação com as complexas e diversas interconexões e interdependências da vida social. Múltiplas estruturas, suas inter-relações e desenvolvimento histórico assumem proeminência. Os sistemas são também considerados como algo mais do que a soma das partes. É concedida particular atenção aos diferentes elementos e níveis de cada sistema, assim como às suas inter-relações, nomeadamente entre instituições, agentes individuais e colectivos, e aos processos de interacção em sistemas constituídos por múltiplos níveis.

São brevemente revistas e avaliadas neste artigo essas teorias sociológicas centradas nas dinâmicas e na transformação dos sistemas sociais, teorias que dedicam particular atenção aos sistemas capitalistas.² A partir dessas abordagens é feita uma síntese das teorizações acerca do capitalismo e são apontadas pistas de investigação. É também aferido o valor e o lugar, na teoria sociológica, das teorias dos sistemas dinâmicos.

Abordagens múltiplas

São identificáveis três perspectivas teóricas principais dos sistemas dinâmicos que desenvolvem uma análise socioeconómica dos sistemas capitalistas e sua evolução: a marxista, a teoria do sistema mundial (TSM) e a teoria dos sistemas dinâmicos orientada para o actor (inspirada pelo trabalho de Walter Buckley, mas que incorpora também elementos marxistas e weberianos). Em termos metodológicos, estas três abordagens têm um cariz holístico (Gindoff e Ritzer, 1994), embora se

1 A versão em inglês deste texto foi preparada para publicação no *Handbook of 21st Century Sociology*, Sage Publications, 2006.

2 Noutro texto (Burns, 2006), abordo outras teorias de sistemas, como a de Parsons. As teorias funcionalistas têm afinidades com a teoria de sistemas marxista (Stinchcombe, 1968).

caracterizem por diferentes graus de atenção concedida à agência humana e aos microprocessos.

Teoria histórica dos sistemas político-económicos

Na abordagem histórica de Marx (1967, 1973a, 1973b; ver Mandel [1993] e van Parijs [1993], entre outros) todas as sociedades são compreendidas a partir da sua evolução através de um conjunto de estádios. Cada estádio é caracterizado por uma estrutura particular e por um certo modo de produção, bem como por outras estruturas, a “superestrutura” política, ideológica e cultural que deriva e depende da base económica, da estrutura de produção. Os seres humanos geram essas estruturas através das suas acções, mas nem sempre podem escolher as condições sob as quais o fazem ou a forma como pretendem fazê-lo. Marx e os marxistas centraram as suas pesquisas teóricas e empíricas nos sistemas capitalistas, sua emergência e transformação.

Devido à existência de contradições entre estruturas — entre, por exemplo, as “forças de produção” (novos conhecimentos, técnicas e desenvolvimentos científicos que contribuem para gerar essas forças, para além de outros elementos) e as “relações de produção” (a propriedade privada dos meios de produção e os sistemas de gestão e controlo, por exemplo) — o sistema capitalista atravessa crises conducentes, eventualmente, a uma transformação. O capitalismo moderno também origina a produção de quantidades cada vez maiores de produtos, mas essa abundância efectiva é ameaçada por uma procura insuficiente protagonizada pelos consumidores (assalariados). Os produtores defrontam-se com lucros em declínio, sendo que alguns ou mesmo muitos vão à falência. Esta situação consolida-se e abre o caminho a futuras crises, frequentemente mais abrangentes.

De acordo com Marx, os avanços tecnológicos e de conhecimento, ao servirem para aumentar o tamanho das unidades produtivas, contribuem para modificar o modo de produção e, assim, para redistribuir o poder entre as classes ao longo do tempo. Essas alterações na distribuição do poder causam mudanças nas instituições políticas e culturais, ou seja, na “superestrutura”.³ Aqueles que detêm um poder crescente nas circunstâncias emergentes aumentam a sua influência sobre os ordenamentos institucionais.

Sistemas de produção: um sistema produtivo em expansão. Os capitalistas procuram obter lucros. O que é ganho é reinvestido, servindo para expandir as instalações produtivas, os resultados de produção e os lucros. Noutras palavras, trata-se de um sistema que gera lucros e conduz à expansão económica. No esquema marxista, rentabilidade e expansão baseiam-se na exploração dos trabalhadores.

Nesta concepção, o capitalismo é também um sistema de reprodução social. Os bens materiais essenciais para uma produção continuada são reproduzidos. Os

3 Uma instituição, ou estrutura institucional, ordena os indivíduos num complexo de relações, papéis e normas que constituem e regulam processos recorrentes de interacção. Uma família, uma empresa ou uma agência governamental, mercados, associações democráticas, comunidades educativas e religiosas são exemplos de instituições.

processos produtivos reproduzem igualmente as relações de classe, os capitalistas e os trabalhadores. Estes grupos sociais, por intermédio de interacções continuadas e actividades produtivas, reproduzem a economia. A classe social dominante reproduz o estado como instrumento de manutenção do sistema de propriedade, dos contratos e dos bancos, entre outras instituições importantes. Ou seja, o estado contribui para a manutenção e reprodução quer do sistema capitalista e das suas estruturas de dominação classista, quer da distribuição desigual de ganhos (mais-valia) entre capitalistas e trabalhadores, quer ainda da acumulação de capital.

A expansão da capacidade produtiva é acompanhada pela substituição de trabalhadores por tecnologias economizadoras de trabalho. Isto, combinado com a redução dos salários ao mínimo possível (ou seja, a um nível de subsistência), levaria, na concepção marxista, a uma redução da procura. Daí resultaria uma crise de sobreprodução que conduziria alguns capitalistas à falência, situação que tenderia a consolidar-se — surgiriam tendências cíclicas para a formação de oligopólios e monopólios, particularmente em muitos sectores fabris, bem como na banca e em alguns sectores comerciais. De acordo com Marx, as crises tornar-se-iam cada vez mais profundas e acabariam por originar uma revolução, de onde resultaria a substituição do capitalismo pelo socialismo.

A crítica da teoria marxista tem sido diversa, continuada e de qualidade variável (Collins, 1988). Essa teoria (ou família de teorias) é relativamente débil e inconsistente quer na conceptualização e aferição da agência humana, quer no desenvolvimento de propostas teóricas relevantes sobre as formações e instituições culturais, por exemplo. Mesmo entre muitos dos que aproveitaram as teorizações marxistas bastante mais tarde (nomeadamente depois da II guerra mundial), foi persistentemente negligenciado ou subvalorizado o papel do estado e da democratização na estabilização e regulação do capitalismo, nomeadamente no que diz respeito à resolução dos problemas de sobreprodução e de outras dificuldades recorrentes do sistema. O desenvolvimento do conhecimento económico prático e sistemático também contribuiu para regular a economia e para lidar com algumas das suas (muitas) instabilidades e fracassos (ver *infra*). Claramente, a previsão feita por Marx da decadência e derrocada final do capitalismo não se concretizou até agora, nem sequer parcialmente. Muitos sistemas capitalistas provaram ser robustos, particularmente em países onde a democracia se desenvolveu e onde as agências estatais se revelaram determinadas e capazes de regular e estabilizar o desenvolvimento capitalista.

Apesar das suas múltiplas limitações, as teorizações marxistas continuam a inspirar outros trabalhos: (1) Emergiu, no âmbito das investigações neomarxistas, uma perspectiva mais complexa da política e do estado como agente (dotado de maior autonomia e disponibilidade para defender os seus próprios interesses, que podem divergir daqueles que são perseguidos pelos capitalistas [Burawoy e Skocpol, 1982; Burawoy e Wright, 2000; O'Connor, 1973; Poulantzas, 1978; Wright, Levine e Sober, 1992, entre outros]) no desempenho de um papel fulcral de regulação e estabilização do capitalismo. (2) Tem vindo a ser prestada maior atenção à agência humana, individual e colectiva, e especialmente à variedade dos diferentes agentes

(ver *infra*), (3) bem como aos factores culturais e ideacionais e à produção de conhecimento e ordens normativas (Anderson, 1976; Burawoy e Skocpol, 1982; Lockwood, 1964; van Parijs, 1993; Wright, Levine e Sober, 1992). (4) A teoria do sistema mundial coloca a evolução dos sistemas capitalistas numa perspectiva global e comparativa, abordando as questões do imperialismo e da dependência económica entre nações (ver *infra*). Em suma, desenvolvimentos recentes ao nível da teorização neomarxista (onde é rejeitado um materialismo simplista) permitiram ultrapassar algumas das lacunas anteriores. Ela continua por isso a ser útil para a sociologia e outras ciências sociais, apesar de ter enfraquecido, em termos gerais, o comprometimento e interesse pelas teorizações marxistas.

Teoria do sistema mundial (TSM)

Aproveitando de forma selectiva elementos da teoria marxista, a TSM (Bergesen, 1983; Chase-Dunn e Hall, 1997; Hopkins e Wallerstein, 1982; Wallerstein, 1974, 2004) tem-se centrado na análise do imperialismo e da dependência entre nações, colocando a evolução dos sistemas capitalistas numa perspectiva global e comparativa. Foi adoptada a perspectiva histórica marxista e concedida atenção particular à economia, embora o foco analítico tenha passado dos estados, individualmente considerados, para o sistema económico mundial, interligado por intermédio das trocas comerciais. Mais do que sobre os modos de produção, as atenções centraram-se na expansão dos mercados e do comércio.

Concretamente, a teoria conceptualiza os modos segundo os quais países concorrentes estão interligados num sistema económico (comercial) global, bem como as formas como se influenciam mutuamente, estabelecem trocas desiguais e se diferenciam em termos de centro (países ricos, desenvolvidos e poderosos) e periferia (países pobres, subdesenvolvidos e relativamente desprovidos). Os primeiros dominam os segundos, embora o funcionamento de cada bloco condicione a estrutura interna do outro. A riqueza económica e outros ganhos são gerados no centro; as áreas periféricas permanecem num estado de subdesenvolvimento sistemático. Os países do centro competem entre si e podem envolver-se em guerras motivadas por questões económicas. Isso leva à escalada de gastos militares e governamentais, o que, por sua vez, dá origem a aumentos de impostos e, em última instância, ao desenvolvimento de resistência interna nesses países; não obstante, recursos e espólios obtidos por intermédio de conquistas militares podem contribuir para pacificar as populações do centro e para estabelecer configurações institucionais estáveis (Collins, 1988: 96).

A localização da maior parte dos recursos materiais nas economias do centro relaciona-se com a posse superior de poder militar. O trabalho é livre e bem remunerado; a procura e o consumo são elevados. Lucros e níveis salariais altos, economias baseadas na qualificação e produção de bens e serviços variados e avançados caracterizam os países centrais; a rentabilidade é alcançada sem que os trabalhadores sejam explorados de forma brutal. As economias periféricas caracterizam-se por um baixo nível de salários e lucros, bem como pela produção de bens e serviços menos avançados; os trabalhadores são explorados de forma bastante mais intensa.

Por volta de 1450, o modelo do império mundial (que se encontrava, por exemplo, nos impérios chinês, otomano e espanhol) foi substituído pelo modelo da economia mundial (ambos compreendidos como ideais-tipo [Collins, 1988]). Este último corresponde ao capitalismo global. Trata-se de um sistema estabelecido historicamente e definido pela prioridade concedida à acumulação contínua de capital. A diferenciação centro-periferia, que ocorre ao nível do sistema global de comércio, dá origem a trocas desiguais (ganhos diferenciais de mais-valia). A uma produção realizada no centro e baseada na formação de oligopólios (com lucros e salários elevados, múltiplos benefícios e desenvolvimentos positivos), opõe-se uma produção competitiva (lucros e salários baixos, desenvolvimentos negativos) na periferia, o que significa que a expansão do primeiro é feita a expensas da estagnação e bloqueio da segunda. Em suma, centro e periferia têm que ser entendidos relacionalmente.

O sistema é também caracterizado pela existência de estados-nação, ou seja, estruturas políticas interligadas numa estrutura económica mais vasta, uma rede de sociedades. Na perspectiva da TSM, as forças que operam ao nível do sistema mundial são mais importantes, em termos de escala e direcção de desenvolvimento, do que aquelas que o fazem a um nível nacional. “Os estados são instituições criadas pelo funcionamento da economia mundial.” O sistema também estrutura as relações globais que se estabelecem entre capitalistas e trabalhadores.

Não pode deixar de ser enfatizada a importância da TSM para o desenvolvimento da sociologia histórica. Ao conceptualizar o posicionamento das sociedades numa matriz global de comércio e diplomacia, contribuiu também para romper a tendência existente entre a maior parte dos sociólogos — incluindo os marxistas — para estudarem cada sociedade isoladamente (Chirot e Hall, 1982: 102). A TSM também desenvolveu e aplicou uma variedade de conceitos e análises sistémicas: estruturas de dominação, relações centro-periferia, regiões semiperiféricas (a meio caminho entre centro e periferia em termos de poder e estrutura económica), periferia no centro e centro na periferia, trocas e acumulação desiguais, movimentos anti-sistémicos. Tal como acontece noutras teorias dos sistemas dinâmicos, múltiplas estruturas e o seu desenvolvimento histórico assumem particular importância no âmbito da TSM.

As críticas a esta perspectiva têm sido substanciais (Chirot e Hall, 1982; Collins, 1988; Janowitz, 1977; Skocpol, 1977, entre outros), como também acontece relativamente a outras teorias de sistemas, incluindo as variantes marxista e parsoniana (Burns, 2006):

- A TSM é funcionalista, assumindo, sem o provar, que o capitalismo é amplamente disfuncional. Os países desenvolvidos e os países menos desenvolvidos são considerados como duas partes homogéneas de um só sistema mundial quando, na realidade, existem diferenças significativas no seio dos primeiros e também entre os segundos, reportáveis a diferentes contextos políticos e socioculturais com potencialidades funcionais e lógicas de desenvolvimento diversas (ver *infra*).

- Tal como o marxismo, a TSM tem sido deficitária e inconsistente na conceptualização da agência humana, bem como na teorização da cultura e das instituições. De acordo com Wallerstein (2004), é relativamente pequena a importância da agência humana a longo prazo. A TSM “não tem nenhum actor central” (Wallerstein, 2004: 21), ao contrário das teorias do “proletariado industrial”, do “homem político” ou do “actor racional”. No âmbito da TSM, os actores são vistos “não como átomos primordiais, mas sim como parte de um conglomerado sistémico de onde emergiram e sobre o qual agem... a sua liberdade é estrangida pelas respectivas biografias e pelas prisões sociais das quais são parte integrante” (Wallerstein, 2004: 21).
- A TSM centra-se excessivamente nas trocas e fluxos desiguais, negligenciando as relações sociais que subjazem aos modos de produção e aos desenvolvimentos tecnológicos.
- A TSM não clarifica os mecanismos de exploração, sendo que as conclusões tiradas a esse respeito parecem ser *ad hoc* e arbitrárias. A crítica feita por Chirot e Hall (1982: 100) permanece pertinente:

A transposição da teoria de Marx para um plano internacional, efectuada pela teoria do sistema mundial, foi acompanhada por uma afirmação segundo a qual as populações periféricas, em termos gerais, se encontram num processo contínuo de empobrecimento. É por isso que se espera uma revolução mundial contra os “burgueses”. Wallerstein acredita que o crescimento da economia capitalista é um jogo de soma nula. Os países que se desenvolvem fazem-no à custa de outros que perdem. Uma vez que apenas alguns crescem, a maioria entra em declínio. O fosso crescente entre países ricos e pobres, em termos de PNB *per capita*, não é, por isso, uma anomalia mas sim um resultado natural do crescimento capitalista. Só o socialismo pode modificar este estado de coisas...

- O tratamento dado pela TSM às formações e instituições culturais, que ficam relativamente subteorizadas, é demasiado genérico. Apesar de tudo, a atenção dispensada aos factores ideológicos e culturais tem vindo a aumentar, em contraste com as primeiras abordagens de cariz largamente “materialista”. Os mais recentes desenvolvimentos da teoria do sistema mundial, TSM-II (Wallerstein, 2004), centram-se sobre a produção e consumo culturais, *e. g.*, produção científica, de conhecimento, de normas e artefactos culturais, processos políticos, ética e moralidade.

Teorias dos sistemas dinâmicos orientadas para o actor (teoria dos sistemas modernos de Buckley [1967, 1998], teoria morfogenética de Archer [1995], teoria das dinâmicas actor-sistema de Baumgartner, Burns e Deville [1985, 1986], sociocibernética de Geyer e van der Zouwen [1978])

Esta família de teorias, inspirada em grande parte por Buckley, não é funcionalista. Os sistemas sociais complexos e dinâmicos são analisados em termos de mecanismos estabilizadores e destabilizadores. As propriedades estruturais e culturais da

sociedade são conservadas, transmitidas e reformadas através de acções e interacções individuais e colectivas. Estruturas como sejam as instituições e formações culturais antecedem temporalmente as acções e interacções sociais dos indivíduos, ora constringendo-as, ora possibilitando-as; sendo relativamente autónomas, essas estruturas exercem assim um poder causal. Por intermédio das suas interacções, os agentes dão origem a processos de reprodução, elaboração e transformação estrutural. Assim, estas teorias dedicam particular atenção não apenas à identificação das estruturas sociais e do seu desenvolvimento, mas também à especificação dos seus mecanismos concretos — incluindo os processos de *feedback* —, quer os estabilizadores e equilibradores (morfoestase), quer os elaboradores ou desorganizadores e transformadores (morfogenia). Nestes termos, as estruturas institucionais contribuem para a sua própria criação e recriação no decurso de um processo de desenvolvimento onde os agentes humanos, no contexto de sistemas socio-culturais, desempenham papéis quer construtivos, quer transformativos/destrutivos. Esta perspectiva permite identificar e analisar os complexos mecanismos de reprodução estável, de transformação estrutural e de génese de novas formas (morfoestase *versus* morfogenia). Agentes activos possuidores de diferentes características, motivações e poderes, interagem e contribuem para a reprodução e transformação das estruturas: criam e reformam estruturas físicas e ecológicas, instituições e sistemas sociotécnicos, mas sempre dentro de determinados constringimentos e oportunidades, já estabelecidos e não precisamente da maneira pretendida. Os processos de estruturação e selecção interna, que originam a reprodução, modificações ou transformações, baseiam-se na distribuição desigual de poder entre agentes sociais e membros de organizações, bem como entre indivíduos.

Estas teorias (especialmente o trabalho de Archer e a teoria das dinâmicas actor-sistema) dedicam especial atenção às formações e instituições culturais, identificando e explicando as estruturas concretas e variadas que emergiram historicamente e que são continuamente elaboradas e desenvolvidas através dos processos sociais. A teoria das dinâmicas actor-sistema inspira-se particularmente nas obras de Weber e Marx, mas com o objectivo de redefinir e actualizar alguns conceitos sociológicos chave (através de teorizações sobre a cultura e as instituições, por exemplo): conceitos como sejam os de classe, poder, dominação, exploração, conflito e luta, troca desigual e acumulação. Têm sido elaborados modelos conceptuais de produção, reprodução e transformação, assim como de revolução. Uma parte do trabalho teórico expandiu a teoria marxista por intermédio de conceptualizações dos agentes sociais (individuais e colectivos), das instituições e da cultura, assim como do papel desempenhado por esses elementos nos processos de reprodução e transformação.

Podem ser destacadas algumas das características principais da teoria das dinâmicas actor-sistema:

- Para além da atenção concedida ao capital e à sua acumulação (um dos principais motores do sistema capitalista), a teoria das dinâmicas actor-sistema tem-se debruçado sobre a acumulação de conhecimento, de competências, de técnicas e tecnologia (incluindo conhecimento, técnicas e competências

organizacionais e administrativas). Ou seja, têm sido abordados múltiplos processos de acumulação. Também existe acumulação infra-estrutural, assim como acumulação (e destruição) de recursos naturais. Verifica-se, de igual maneira, a frequente acumulação e destruição de determinados recursos particularmente importantes. Por fim, o acesso e controlo dos recursos e da “riqueza” decorrente destes processos de acumulação reflectem as relações de poder da sociedade contemporânea.

- Sendo o capitalismo caracterizado por dissonâncias no funcionamento dos mercados e por períodos imprevisíveis de instabilidade, tornam-se essenciais para o seu funcionamento a regulação sistemática e estratégias de estabilização (ver *infra*). Nos países desenvolvidos, têm vindo a ser criados mecanismos de regulação, de eficácia variável, e a ser conseguida a estabilização parcial dos sistemas capitalistas (o marxismo clássico exagerou o poder dos capitalistas para imporem condições aos estados-nação).
- A política democrática “não-revolucionária” tem desempenhado um papel fulcral na emergência de regimes de providência e de regulação económica, contribuindo para “refutar” a predição marxista da derrocada do capitalismo (ou então, possivelmente, apenas para adiar essa derrocada). Muitas vezes, a lógica da política democrática não é económica, aparecendo relacionada, por exemplo, com a obtenção e manutenção da lealdade dos cidadãos, não apenas com o objectivo de assegurar o funcionamento do sistema, como também de forma a predispor-los ao pagamento de impostos, ao cumprimento das leis e à realização de outros sacrifícios, como participar em guerras. Em termos gerais, a teoria das dinâmicas actor-sistema enfatiza a natureza complexa e irónica da política democrática (Burns e Kamali, 2003). Identificou também uma “nova política” (Burns, 1999), no contexto da qual ONG e peritos desempenham papéis fulcrais, e que estabelece novas formas de regulação baseadas em preocupações empresariais com a reputação e a boa vontade (e. g., estimulando a adopção de códigos de ética empresarial, auditorias de ética e configurações regulatórias internas). Estes processos decorrem também a nível global (ver *infra*).
- Tem sido dada substancial atenção às políticas e à formação e reformação das instituições económicas internacionais: num primeiro nível, às relações económicas entre países; num segundo nível, à forma como as instituições económicas internacionais lidam com os mercados, o comércio, a banca e o desenvolvimento tecnológico. É também longa a história de utilização do poder político e militar por parte de vários países para obtenção de condições comerciais favoráveis (a Inglaterra, por exemplo, relativamente a Portugal, Egipto, Índia, Quênia — em condições coloniais — e ao Império Otomano). A teoria das dinâmicas actor-sistema também examinou a morfogenia das estruturas internacionais de comércio, de actividade bancária, de instituição de normas e de criação e reforma de instituições.

Resumindo

As tendências convergentes entre as três perspectivas — particularmente no que diz respeito à realização de análises sobre a cultura e instituições contemporâneas — constituem uma parte importante do seu desenvolvimento futuro.⁴ É claro que pode ser colocada a seguinte questão: porque não dedicar esforços apenas ao desenvolvimento de teorias da cultura e das instituições, abandonando a teorização dos sistemas dinâmicos? A resposta mais óbvia é que as estruturas e os mecanismos estruturais são algo *mais* do que processos institucionais e culturais. Particularmente, a acção combinada de estruturas físicas, sistemas socioculturais e ordens de interacção não pode ser devidamente conceptualizada, descrita e analisada a partir de teorizações meramente culturais ou institucionais. Novas articulações entre sistemas, assim como articulações puramente técnicas ou “naturais”, devem ser aferidas e analisadas, quer por razões teóricas, quer por razões práticas.

Entre os subtipos principais de *problemas interestruturais* estão, nomeadamente, incompatibilidades entre estruturas do sistema social, por um lado, e estruturas ambientais, por outro. As estruturas, produções e funcionamento do sistema social podem não ser compatíveis com o meio ambiente nem sustentáveis por ele (como nos fenómenos da Ilha da Páscoa, onde a população indígena desenvolveu configurações e práticas institucionais que não puderam ser sustentadas pelo ambiente físico; isso originou um colapso ecológico e, depois, um colapso da ordem social, culminando no desaparecimento de grande parte da população). Em termos gerais, os processos complexos de retroacção existentes entre as ordens sociais e os seus enquadramentos ambientais tendem a gerar, em determinadas circunstâncias, formas destabilizadoras e não sustentáveis de desenvolvimento. As histórias conhecidas de salinização (e conseqüente declínio produtivo) de terras agrícolas, desertificação, desflorestação, diminuição da camada de ozono e aquecimento global, entre outros desenvolvimentos negativos, sublinham o papel das comunidades humanas na destruição dos recursos naturais. Isso faz parte da natureza material da vida socioeconómica abordada pelas várias teorias do capitalismo.

Como será explicado mais à frente, é de lamentar a crítica muitas vezes exagerada que é feita às teorizações sociológicas de sistemas (Burns, 2006), uma vez que elas têm muito com que contribuir para a sociologia e para outras ciências sociais, não apenas a um nível puramente teórico como também ao nível empírico, descrevendo e analisando a complexidade e as dinâmicas dos sistemas capitalistas, incluindo o capitalismo global contemporâneo.

4 Collins (1988) critica o marxismo e a teoria do sistema mundial (sendo que as suas observações se aplicam também à teoria das dinâmicas actor-sistema) por não darem a devida atenção às “origens do capitalismo”. Essa é uma questão importante. Mas outras também o são: o seu funcionamento (ou mau funcionamento) actual, os principais controlos reguladores e os seus potenciais — e problemáticos — desenvolvimentos futuros.

Os sistemas capitalistas: para uma nova síntese

O capitalismo triunfa em grande parte do mundo. As teorias discutidas neste artigo abordam a sua complexidade e dinâmicas e predizem, por razões substancialmente diferentes, o desaparecimento a longo prazo do capitalismo clássico. Neste terceiro ponto é esboçada uma síntese baseada nas três perspectivas anteriores. São examinados aspectos seleccionados do funcionamento (e mau funcionamento) dos sistemas capitalistas, das suas condições de crescimento e expansão sustentada, da sua instabilidade e crises permanentes, e dos mecanismos que produzem e reproduzem desigualdades económicas e poder entre e adentro das sociedades capitalistas.

Investigações sistemáticas sobre o capitalismo mostram que a sua ordem estrutural e normativa é constituída por um complexo de instituições e formações culturais centrais. Essa ordem estimula e legitima, entre outras coisas, a avidez aquisitiva, a competição, a acumulação de riqueza e poder económico e a criação substancial de desigualdades sociais. Os direitos de propriedade possibilitam a apropriação de ganhos e legitimam a acumulação; contribuem igualmente para incentivar a procura desses ganhos, a defesa e o desenvolvimento das instituições capitalistas, nomeadamente através da utilização de riqueza e poder económico (bem como outros tipos de poder).

O capitalismo é, por isso, um sistema poderoso, não apenas no que diz respeito à produção e distribuição de mercadorias e serviços, riqueza e inovação de produtos e meios de produção, mas também no que toca à criação de uma vasta gama de consequências negativas: desigualdades, exploração, prejuízos causados a terceiros, disrupções sociais e psicológicas, esgotamento de recursos naturais, destruição ambiental, etc. Alguns agentes poderosos (incluindo os capitalistas e os seus administradores) reagem a algumas dessas consequências, considerando-as negativas e tentando, em alguns casos, corrigi-las ou limitar o seu impacto. Em termos gerais, essas acções de contrabalanço — que afectam o funcionamento e desenvolvimento do capitalismo — tornam-se consideravelmente mais elaboradas e enérgicas em contextos democráticos. São também bastante mais variados e em maior número os agentes que fazem exigências relativamente à necessidade de reformar e regular o sistema. Daí resulta que, em condições democráticas, existe uma forte *política do capitalismo* e do seu desenvolvimento. São introduzidas propostas variadas para a realização de reformas substanciais e são elaborados e instaurados múltiplos sistemas de regulação. Desta forma, são confrontadas algumas (embora, obviamente, não todas) das consequências negativas do capitalismo, incluindo as classes sociais e outros conflitos (embora essas consequências raramente sejam corrigidas na sua globalidade). Uma vez que as configurações institucionais do capitalismo e os seus processos nucleares, assim como os movimentos de protesto e os sistemas de regulação, estão socialmente fundados, dá-se a emergência de *múltiplos capitalisms*, caracterizados por formas diversas de funcionamento, regulação, resultados e dinâmica. Esta concepção sociológica do capitalismo é explanada nos pontos seguintes.

Definindo propriedades estruturais e culturais

O capitalismo moderno é um poderoso motor de mudança, gerando poderes revolucionários e transformando as condições económicas, tecnológicas, sociais e ambientais de vida. O capitalismo dinâmico é caracterizado por liberdades múltiplas (ou constrangimentos mínimos), pelo espírito aquisitivo (a prossecução de interesses e ganhos económicos), mas também pela capacidade de acolher e mesclar interesses e valores diversos, pelas oportunidades que concede à realização de “jogos de soma positiva” (dotados de regras compulsivas), por formas eficazes de poder e controlo e por mecanismos competitivos.

Formulando de maneira sintética:

- *Liberdades múltiplas.* Existe liberdade descentralizada de comércio e de criação de produtos e formas de produção, de comercialização de novos bens e serviços, de penetração em novas áreas e abertura de mercados, mas também liberdade para criar e adaptar novas e abrangentes formas de cooperação e organização (*joint stock company, joint ventures e franchises*) e liberdade para competir (algo que é altamente restringido em muitos grupos e comunidades). De igual maneira, são mínimas as restrições impostas à acumulação de riqueza e poder, o que origina fortes tendências para a formação de monopólios ou oligopólios em muitas áreas de produção e distribuição.
- *O espírito aquisitivo e não só.* Muitos agentes societais (individuais e colectivos) possuem os recursos necessários e estão motivados para investir em novos projectos e oportunidades, esperando com isso obter lucros e multiplicar a sua riqueza (que é uma forma generalizada de poder). As configurações institucionais do capitalismo fornecem oportunidades para a prossecução de múltiplos interesses, que vão muito para lá da mera procura de riqueza: por exemplo, o empenho no estabelecimento de sociabilidades e cooperação ou de competição com outros; a vontade de exercitar poder e controlo sobre outros; de realizar algo vantajoso, como seja produzir bens ou serviços importantes ou novos; a vontade de pôr à prova uma ideia ou de iniciar um projecto partilhado, de criar empregos e oportunidades, ou a vontade de gerar riqueza em prol de causas nobres. Ou seja, *os modelos capitalistas podem acolher uma vasta panóplia de interesses materiais e de ideais, directos e indirectos.* A riqueza gerada pelo capitalismo é certamente útil na sustentação de valores necessários ou importantes na vida humana, como sejam a vida familiar e comunitária, a providência social, a educação, a música, a arte, as instituições religiosas e a espiritualidade. Não obstante, o valor mais forte é o valor do dinheiro, elemento constitutivo das suas instituições (onde assumem proeminência os sistemas de contabilidade); o poder e os mecanismos de controlo do capitalismo direccionam-se primacialmente para a obtenção de riqueza monetária e para a acumulação de capital. Mas, como destaco mais abaixo, também existem forças, preocupações e movimentos que tentam subverter esta lógica.
- *Configurações institucionais complexas.* O capitalismo moderno é constituído por um complexo central de instituições sociais que organizam a produção, a

troca e a distribuição: existem *mercados relativamente livres* de matérias-primas (como sejam terrenos e energia), bens e serviços, capital e trabalho; *os contratos e direitos de propriedade* fornecem uma base sistemática para o reconhecimento de quem possui o quê e de quem é credor e devedor, distinguindo também grupos e populações em termos do controlo diferencial exercido sobre os recursos económicos e os meios de produção;⁵ o *dinheiro* tem múltiplas funções — como meio de troca, como padrão ou medida de valor e como base quer de início de projectos económicos e empresariais, quer de expansão da capacidade produtiva e do poder económico, ou seja, do capital;⁶ *as empresas operam como sistemas descentralizados de dominação institucionalizada* sobre os recursos humanos e materiais,⁷ inovando, produzindo, distribuindo e transaccionando em busca de lucros e poder económico (“o princípio aquisitivo”). O controlo burocrático e outros controlos exercidos pelas empresas baseiam-se largamente nos direitos de propriedade privada,⁸ que definem o acesso e domínio diferenciais relativamente aos recursos. Os superiores hierárquicos (proprietários/administradores) não apenas chefiam os seus funcionários como também têm poder para estabelecer e reformar regras relevantes, para avaliar e sancionar, e ainda para distribuir recursos;⁹ *os sistemas são desenvolvidos de forma a possibilitarem a mobilização e aplicação, de forma sistemática, do conhecimento pericial*: conhecimento científico, técnico e prático, bem como capacidades de organização dos processos de produção e de distribuição. Os *sistemas contabilísticos* (a base do cálculo estrito na racionalização

-
- 5 O capitalismo moderno fornece modelos que permitem aos agentes obter lucros por intermédio de transacções complexas que, por vezes, se estendem por longos períodos de tempo; é o caso de configurações institucionais que garantem títulos ou direitos de propriedade e direitos hipotecários; em caso de conflito é possível, em última instância, aceder a tribunais imparciais que forcem o cumprimento dos contratos; existem também oportunidades (direitos) para criar novas e abrangentes formas de cooperação e organização, como sejam *joint stock companies*, *franchises* e *joint ventures*, entre outras coisas (Olson, 2000).
- 6 Estas funções e utilizações diversas do dinheiro no contexto de uma economia capitalista moderna são, em parte, contraditórias entre si, gerando instabilidade. A estabilidade do dinheiro como medida de valor, por exemplo, é permanentemente ameaçada pela sua utilização enquanto fonte ininterrupta de financiamento do investimento, do desenvolvimento e da acumulação capitalistas. As autoridades financeiras e monetárias instituem e regulam os sistemas monetários, que são altamente complexos e potencialmente instáveis (Burns e Deville, 2003).
- 7 Este sistema de dominação (“relações de classe” para Marx e Weber) surgiu como um processo histórico de dupla vertente, onde grupos populacionais de dimensões significativas foram separados dos meios de produção enquanto outros grupos ganharam controlo sobre esses meios, concentrando-os na sua posse (Burns e Flam, 1987).
- 8 A propriedade dos meios de produção é maioritariamente privada ou, pelo menos, altamente autónoma em relação a determinações e controlos políticos e religiosos.
- 9 Para Karl Marx, num extremo estavam os proprietários e administradores dos meios de produção e, no outro, os trabalhadores que não possuíam esses meios de produção. Os trabalhadores eram, num certo sentido, simultaneamente sujeitos e objectos do desenvolvimento económico. É claro que este modelo ignorou a existência de outras fontes sociais de poder e controlo, tais como o poder político no contexto de sociedades democráticas, ou o poder emergente do conhecimento e da pericialidade.

económica) constituem um tipo essencial dos sistemas de conhecimento, quantificando e lidando com “o essencial dos custos, preços e lucros” e permitindo que a busca de lucros e poder económico seja realizada de forma calculada e racional.

- *Poder e controlo*. O capitalismo, tal como é expresso pelo funcionamento das empresas, contratos, *franchises* e outros modelos legais, denota um elevado potencial de controlo e regulação. Poder substancial pode ser exercido sobre seres humanos e recursos no decorrer da organização e direcção da produção; conhecimentos e competências podem ser mobilizados e contribuir para a inovação e criação de novas tecnologias, técnicas e modelos de cooperação e organização. A riqueza gerada pelos empreendimentos capitalistas (bem como as aptidões de conhecimento e organização) interessa aos estados e pode ser utilizada para influenciar políticas e orientações, bem como outros domínios da sociedade (Baumgartner, Burns e Deville, 1979). Por intermédio da criação de riqueza e da liberdade para inovar em termos tecnológicos, técnicos e estratégicos, o capitalismo é capaz de transformar radicalmente as condições sociais e contornar ou quebrar os muitos constrangimentos impostos pelos regimes de regulação, como aqueles que são criados pelos estados nacionais (ver *infra*). O funcionamento dos sistemas capitalistas está fundado em estruturas de desigualdade, produzindo-as em simultâneo.
- *Competição institucionalizada*. A competição, no âmbito da qual actores específicos lutam de forma relativamente aberta pelo poder, é um dos principais mecanismos geradores de inovação e mudança social nos sistemas capitalistas — mas não, obviamente, de acordo com um qualquer programa, plano ou projecto. Weber (1951) sublinhou a importância destes “processos competitivos” na mudança social, em circunstâncias onde a estrutura de dominação é particularmente complexa. Assim, o processo transformador de racionalização foi propulsionado pela competição entre estados europeus inter-relacionados. Não houve nenhum império unificado como, por exemplo, na China. Segundo Weber (1951: 61):

Assim como a competição pelos mercados originou a racionalização da iniciativa privada, também a competição pelo poder político deu origem à racionalização da economia estatal e das políticas económicas no Ocidente e na China dos Estados em Guerra. Na economia privada, a cartelização enfraquece o cálculo racional que é a alma do capitalismo; entre estados, um monopólio de poder aniquila a gestão racional das políticas administrativas, financeiras e económicas.

De acordo com Weber (1951), o próprio estrato social de prebendários estatais que havia bloqueado a racionalização administrativa do império, tornou-se, durante os períodos dos estados em guerra, o seu promotor mais poderoso. O mesmo autor refere que as transformações no Oriente foram causadas por revoluções militares e religiosas que derrubaram a estrutura firme de *interesses prebendários*, criando assim distribuições de poder totalmente novas e, no seguimento, novas condições económicas. A racionalização dizia respeito não apenas à administração, à

tributação e à orçamentação, como também às áreas militares e diplomáticas. Na China, tentativas de inovação interna através da realização de reformas foram sendo obliteradas pela oposição do oficialismo. Em suma, a inexistência de competição tende a inibir ou a restringir a inovação e os processos de transformação. Os processos competitivos podem ser estrangidos em múltiplos níveis. Algumas ordens sociais possuem sistemas elaborados e institucionalizados de regulação da competição e de resolução de conflitos. Outras não dispõem dessas configurações, que podem também desagregar-se sob a pressão provocada por crises ou condições transformativas, quando grupos ou actores-chave deixam de lhes aderir ou de as aceitar.

Mecanismos centrais e a lógica do funcionamento capitalista

Alguns dos mecanismos centrais que subjazem ao funcionamento e dinâmicas do capitalismo assumem interesse particular para o que aqui nos ocupa. Formulando sinteticamente:

- *O complexo de instituições capitalistas* organiza de forma específica os processos socioeconómicos de produção, distribuição e troca, gerando múltiplos resultados e desenvolvimentos. Esses desenvolvimentos provocam efeitos diversos, não apenas na esfera da produção económica e das trocas comerciais (*spin-offs*), mas também noutras esferas (*spill-overs*) — social, ambiental e política —, muitas vezes de formas não intencionais e imprevistas. Assim, o capitalismo não é um empreendimento puramente económico, mas também cultural e político; alguns produtos e serviços, a rentabilidade (ou os prejuízos), a acumulação de capital (ou o seu insucesso), o conhecimento, as novas técnicas, as relações de classe, os interesses, a mobilização política e as lutas não são fenómenos confinados a uma esfera ou segmento da sociedade, antes gerando efeitos que se repercutem em todo o sistema (e também nos seus múltiplos subsistemas e nas várias sociedades).
A base produtiva de uma sociedade capitalista moderna assenta num *complexo de poderes* (“recursos” ou “riquezas”) e na acumulação desses poderes: capital sob a forma de dinheiro, quer dizer, poder genérico para adquirir ou controlar recursos e para motivar a acção; capital físico ou material (maquinaria, edifícios, terrenos e outros recursos naturais); capital ou “recursos” humanos (conhecimento, sistemas de valores e compromissos, competências, capacidades físicas); estruturas de regulação e administração; infra-estruturas (sistemas de transportes — como sejam estradas, caminhos-de-ferro, vias navegáveis, transportes aéreos); sistemas de comunicação (telefone, rádio, televisão, internet); recursos naturais (água, ar, energia, minerais e ecossistemas). Quando são consideradas a acumulação, a reprodução ou a sustentabilidade do capitalismo, é este *complexo de poderes* que deve estar no centro da análise, e não apenas o capital sob a forma de riqueza monetária.
- *Os actores ou as classes de actores detêm diferentes posições de poder e controlo no sistema*, baseadas nos lugares ocupados na divisão social do trabalho e na posse

diferencial de propriedade e outros direitos de controlo. A essas posições surgem associadas reivindicações e relações diversas, em termos qualitativos e quantitativos, com os ganhos resultantes de múltiplos resultados e desenvolvimentos (*spin-offs* e *spill-overs*); por outro lado, custos ou encargos e riscos também surgem associados de forma diferencial às várias posições. Historicamente, os proprietários e administradores das empresas capitalistas têm conseguido, em termos gerais, assegurar a rentabilidade, apesar da existência de pressões normativas e legais para que as empresas mantenham os salários acima dos níveis de subsistência e suportem os custos dos impactos externos do seu funcionamento (e.g., lidando com os danos ambientais causados). Esse facto, associado ao “interesse geral” de muitas elites económicas e não económicas na viabilidade e desenvolvimento sustentado do(s) capitalismo(s), limita a eficácia das tendências e pressões para impor os custos dos impactos externos e para alterar a equação da rentabilidade. Não obstante, é inegável a existência de uma tendência secular, referida anteriormente, de regulação e redireccionamento do funcionamento capitalista, especialmente em condições democráticas (ver *infra*).

- *Diferenciações de classe e centro-periferia.* As configurações institucionais do capitalismo geram não apenas capacidades desiguais de aquisição, como também a acumulação contínua e diferencial de aptidões, recursos e poderes sociais entre vários actores ou classes de actores, o que se deve à existência de posições diferenciadas relativamente aos processos e resultados da produção, distribuição e troca. Em termos gerais, a distribuição dos custos e benefícios desses processos no sistema capitalista é desigual e contribui para aumentar a desigualdade ao longo do tempo. Quanto mais iniciativas, empresas e sectores prometedores, regiões e países em expansão tendem a obter e a atrair investimentos e recursos adicionais, mais os agentes e as áreas estagnadas e marginais perdem possibilidades de lhes aceder, ou lhes é negado esse acesso. *A inexistência de regulação efectiva contribui para que sejam geradas concentrações muito elevadas de poder económico e riqueza, uma vez que o poder atrai e produz mais poder(es) (o económico, mas também conhecimento, competências, técnicas, capacidades administrativas e governativas, oportunidades de mobilização política).*

Por sua vez, as desigualdades contribuem para gerar, de maneira sistemática, capacidades diferenciais, quer de aproveitamento e apropriação de oportunidades produtivas, quer para evitar obstáculos, armadilhas financeiras e círculos viciosos de estagnação e declínio (ver *infra*). Em termos gerais, as diferenças de poder e as capacidades desiguais de desenvolvimento tendem a reproduzir-se e a complexificar-se, se outros factores não vierem perturbar esse ciclo. A estrutura básica de desigualdade permanece inalterada, o que não impede a existência de movimentos de mobilidade ascendente ou descendente de países, sectores e empresas.

- *Consequências imprevistas e não intencionais num sistema complexo.* A teoria das dinâmicas actor-sistema forneceu uma base sistemática de identificação e explicação de algumas das consequências não intencionais do capitalismo enquanto sistema complexo e dinâmico (uma noção expressa igualmente nos trabalhos de Karl Marx, Friedrich Hayek e Robert Merton, entre outros). Os

sistemas complexos operam autonomamente, num certo sentido, em relação às intenções humanas e às acções concretas: os efeitos produzidos não podem ser inferidos a partir dos efeitos pretendidos. Assumem particular interesse as consequências não intencionais originadas pelas hierarquias — como classes de propriedades sistémicas — relacionadas com as relações sociais de poder entre indivíduos, grupos, classes sociais e partes de sistemas (relações de dominação entre classes sociais ou entre sectores centrais e sectores periféricos, por exemplo). Algumas consequências não intencionais dão origem a propriedades dinâmicas inesperadas (quando algumas lutas pelo poder originam outros conflitos, por exemplo); quer o funcionamento, quer o desenvolvimento do sistema podem ser altamente destabilizadores e imprevisíveis, algo que desafia a assunção básica da escola económica das “expectativas racionais”. (A teoria das dinâmicas actor-sistema contribui assim para identificar e explicitar as consequências não intencionais e os desenvolvimentos a elas associados, tornando possíveis a sua análise e a formulação de recomendações de políticas a seu respeito).

Em suma, o capitalismo, como qualquer outro sistema social complexo, gera resultados (*spin-offs*) e consequências (*spill-overs*) imprevistos e não intencionais, muitos dos quais não podem ser antecipados devido a capacidades interventivas restritas e a limitações no conhecimento desses sistemas complexos. Alguns resultados e consequências não intencionais contribuem para destabilizar ou minar a eficiência, o funcionamento institucional e a legitimidade do capitalismo.

- *Crises do capitalismo.* Ao longo da história, os sistemas capitalistas — quer na sua forma nacional quer internacional — atravessaram uma série de crises políticas e económicas destabilizadoras. Diversos tipos de crises têm ocorrido e continuarão a ocorrer: crise de sobreprodução é um deles, passível de ser relativamente aligeirado por políticas governamentais fiscais e financeiras. Outros tipos incluem: depressão socioeconómica profunda ou hiperinflação; especulação monetária elevada; volatilidade extrema das cotações cambiais; ciclos disruptivos de investimento e desinvestimento; mudanças nas fronteiras comerciais geradoras de depressão a nível local ou regional; fracasso ou incapacidade do estado ou das associações industriais para proteger ou estabilizar as condições de funcionamento de sectores económicos chave; conflitos generalizados entre capital e trabalho, bem como conflitos entre grupos industriais, entre credores e devedores ou entre produtores e consumidores; a acção de importantes movimentos sociopolíticos direccionados para a transformação radical do capitalismo ou mesmo para a sua eliminação; crises políticas originadas por importantes conflitos étnicos, religiosos ou ideológicos, com os quais pode ser difícil lidar de forma eficaz no âmbito dos sistemas político-administrativos existentes; fracassos regulatórios e crises bancárias e financeiras; crescimento do défice público num contexto de margem de manobra limitada (por exemplo, a existência de prerrogativas combinada com um

sistema onde é difícil aumentar impostos ou receitas estatais).¹¹ Não sendo controlados ou regulados, muitos destes factores inerentes ao sistema capitalista contribuiriam para minar o seu funcionamento e ameaçar a sua sustentabilidade.

- *Descontentamento e protestos.* Actores ou grupos de actores que são adversamente afectados pelo funcionamento ou desenvolvimento do capitalismo podem, nomeadamente em contextos de democracia efectiva, articular as suas privações e desvantagens, nomeadamente por referência a normas e valores relativos a “direitos”, “justiça distributiva”, “equidade” ou mesmo “eficiência e racionalidade”. Alguns mobilizam-se para tentar reformar o ordenamento institucional, ou pelo menos algumas das suas características que consideram indesejáveis. Essas actividades originam, habitualmente, conflitos com outros actores que estão interessados ou empenhados, por sua vez, na manutenção das configurações institucionais. A partir do século XIX, os movimentos de trabalhadores desafiaram o capitalismo e lutaram para transformá-lo ou substituí-lo, o que resultou na criação de uma política do capitalismo e de sistemas substanciais de regulação e providência em alguns países (assim “domando o dragão capitalista” [Jaeger, 1994]). Mas outros actores, para além dos movimentos de trabalhadores, se têm mobilizado e trabalhado em prol de mudanças: grupos ambientais, religiosos e de status, por exemplo. A ideia de construção e reconstrução do sistema tornou-se um princípio estabelecido de organização. Grande variedade de movimentos e grupos de pressão operam a todos os níveis em oposição a alguns dos desenvolvimentos capitalistas.

O padrão geral de concentração capitalista de poder, desenvolvimento desigual, resultados e consequências negativas tende a gerar descontentamento e o aparecimento de movimentos anti-sistémicos — ou a ameaça do seu aparecimento — que lutam para que as características negativas do funcionamento e desenvolvimento do capitalismo sejam reguladas e alteradas. Embora o movimento laboral e outros movimentos sociais constituam exemplos por excelência destas lógicas de pressão, convém lembrar que os grupos de agricultores, os pequenos grupos empresariais e os grupos de consumidores têm também desempenhado papéis proeminentes — e continuam, em algumas circunstâncias, a fazê-lo — na oposição às tendências de acumulação maciça de riqueza e poder económico do desenvolvimento capitalista. Embora não desafiem os princípios e direitos de propriedade privada, podem opor-se a uma excessiva concentração de poder e a sistemas de crédito, distribuição e políticas públicas que possam, aparentemente, favorecer a dominação económica. É assim que acontece, particularmente, em sociedades dotadas de

11 Os EUA caracterizam-se actualmente pela existência de défices financeiros, défices públicos e enormes dívidas públicas e privadas. Muitos observadores têm referido a possibilidade de ocorrência de uma grande crise nacional e internacional que poderia iniciar-se, eventualmente, com a erosão da confiança nas políticas económicas americanas, o que originaria a desvalorização do dólar e a destabilização da economia nacional e internacional.

normas e instituições democráticas sedimentadas, de organizações laborais fortes e onde existem também outros movimentos que lutam pelos interesses de determinados grupos de status (profissionais, étnicos, religiosos, etários, de género).

Essas reacções (ou apenas a possibilidade da sua ocorrência) têm contribuído em numerosas ocasiões para o estabelecimento de configurações institucionais que regulam a concentração e o funcionamento do poder capitalista. Na prática, essa regulação tem conseguido limitar (pelo menos nos países da OCDE) de forma relativa algumas más utilizações e abusos do poder económico e os seus efeitos sociais e ambientais mais comuns; no entanto, ela não tem conseguido bloquear ou prevenir a acumulação desigual de riqueza e poder económicos, nem a capacidade detida por agentes capitalistas poderosos para moldar os futuros desenvolvimentos da tecnologia, da produção e da distribuição. Este padrão é verificável também a um nível global (ver *infra*).

- *Desenvolvimento da regulação.* A história do capitalismo moderno é caracterizada pela existência de tentativas inovadoras para criar e desenvolver mecanismos reguladores, quer públicos quer privados, destinados a contrariar ou a dominar os seus fracassos e instabilidades (algumas tentativas pretendiam substituir o capitalismo por outro sistema, “socialista” ou “comunista”). Muitas sociedades têm demonstrado capacidades assinaláveis para lidarem com as crises, promovendo estratégias políticas e criando processos de regulação destinados a reduzir os impactos negativos do capitalismo e a manter ou reforçar a sua estabilidade e legitimidade. As instituições e políticas de regulação foram criadas para limitar a instabilidade do capitalismo e os abusos do poder económico, assim como para obstar à concentração substancial desse poder nas mãos de relativamente poucos. A imposição de limitações públicas resulta, em alguns casos, de interesses pessoais esclarecidos, noutros da pressão de movimentos políticos. Essas limitações assumem a forma de controlos financeiros e monetários, leis *anti-trust*, legislação laboral, regulações de uso dos terrenos, estratégias de desenvolvimento regional, controlos de poluição e outras restrições ambientais e sociais, associadas muitas vezes à aplicação de sanções pesadas, incluindo multas e penas de prisão. Essas medidas foram desenhadas, pelo menos parcialmente, para prevenir ou reduzir algumas consequências excessivamente negativas do funcionamento e desenvolvimento do capitalismo, como sejam o abuso de poder económico, desigualdades extremas, conflitos sociais intensos, instabilidade socioeconómica e destruição ambiental. Em termos gerais, os governos dos países avançados (e.g., países da OCDE), têm conseguido controlar alguns (embora não todos, obviamente) dos impactos do funcionamento capitalista. As elaboradas configurações reguladoras existentes são, em grande medida, organizadas e postas em prática pelo estado, embora também seja substancial o envolvimento de interesses privados.

Esta concepção reguladora do desenvolvimento capitalista é aplicável também aos conflitos sociais. Tensões e lutas de classes, bem como outros conflitos (entre produtores, entre produtores e consumidores, entre credores e

devedores), resultam de forma sistemática de diferenças institucionalizadas de poder, de interesses e objectivos conflitantes e do desenvolvimento assimétrico de potencialidades socioeconómicas. Um exemplo: as relações de poder empresarial traduzem-se em importantes decisões, tomadas pelos proprietários/administradores, respeitantes à transformação ou eliminação de determinados postos de trabalho, à definição do tipo e nível de produção e de emprego, à introdução de determinadas tecnologias ou formas de organização do trabalho, à determinação directa ou indirecta das características qualitativas e quantitativas dos contextos de trabalho, e à gestão de recursos e lucros. Os trabalhadores (e os sindicatos, se existirem) podem reagir de diversas maneiras perante a sua subordinação ao poder capitalista. Diferentes formas de conflito e lutas pelo poder entre proprietários/administradores e trabalhadores, relativamente às condições e termos de emprego, constituem parte integrante das relações de produção no capitalismo. Estas tendências inerentes de conflituosidade assumem configurações variadas e não são facilmente suprimidas num contexto democrático, sendo feitas tentativas para estabelecer e manter um nível razoável de cooperação e produtividade (reduzindo ao mínimo possível as greves e outras formas de agitação entre trabalho e capital). É bem conhecida a formulação prolongada e continuada de decretos industriais e laborais e de legislação comercial. Paralelamente, são constituídas e aprovadas várias estruturas que visam facilitar a comunicação, a negociação e a resolução de conflitos entre capital e trabalho.

As sociedades contemporâneas caracterizam-se pela existência de valores, estilos de vida, orientações, poderes e níveis de riqueza substancialmente diferentes. Como é conseguida, se é que é conseguida, a concórdia social — e o equilíbrio social — perante a multiplicidade de perspectivas e atitudes conflitantes? Deixando de lado a coerção sistemática que é exercida em muitas economias periféricas, estão estabelecidos vários ordenamentos institucionais que visam obter isso mesmo (Burns e Roszkowska, 2005). Conciliação, mediação e arbitragem, em associação com os respectivos pré-requisitos normativos e institucionais, são alguns dos mecanismos mais importantes de redução da intensidade e violência dos conflitos sociais, incluindo a luta de classes. Os sistemas de providência constituem outro importante complexo institucional que visa assegurar a criação e manutenção alargada do apoio e legitimidade do capitalismo, em parte através da criação de segurança económica em face da insegurança caracteristicamente gerada pelo funcionamento do sistema. Em contextos onde estão implementadas estas rotinas relacionais, os conflitos entre os vários grupos perdem intensidade e tornam-se um padrão institucional da vida social (Dahrendorf, 1959: 20). Mas a luta de classes não é a única fonte de tensão e potencial destabilização do capitalismo moderno. Outras áreas muito importantes de discórdia incluem: preocupações ambientais, direitos dos animais, disrupção de comunidades, impactos em grupos desprotegidos ou marginais e em regiões pobres do mundo.

Uma regulação eficaz depende do desenvolvimento de modelos para aferir e descrever o estado do sistema, para identificar desenvolvimentos

problemáticos e escolher estratégias de resolução apropriadas, bem como para avaliar os resultados dessas estratégias (Burns e Carson, 2005). Uma classe particular de modelos, essencial para o funcionamento do capitalismo, é constituída pelos *sistemas contabilísticos*, i. e., conjuntos coerentes de dados numéricos recolhidos, organizados e utilizados na avaliação e regulação de sistemas socioeconómicos, tais como empresas, agências governamentais e países. Este é um aspecto muito importante da *auto-reflexividade sistemática* do capitalismo. No entanto, esses sistemas fornecem uma imagem “limitada” ou *restrita* dos sistemas socioeconómicos referidos anteriormente, o que resulta na existência, a este nível de quantificação, de “zonas de sombra” no funcionamento do capitalismo. É o caso, actualmente, de valores relacionados com questões de “biodiversidade”, “aspectos estéticos da paisagem”, “tranquilidade”, “lazer” (entendido como tempo livre), ou o seu oposto, a “falta de emprego”. Existe uma relação dialéctica, perceptível em termos históricos, entre a utilização de modelos contabilísticos sedimentados e a emergência de novos problemas e questões, da auto-reflexão crítica, da inovação e da construção de novas abordagens contabilísticas cada vez mais abrangentes (Burns e outros, 2002).

Mas, em termos gerais, os mecanismos regulatórios nunca abrangem todo o sistema social; existem, invariavelmente, lacunas e desenvolvimentos imprevistos (Deville e Burns, 2004). Não são apenas “factores externos” (forças naturais, desastres “inesperados”) que podem contribuir para a disrupção do funcionamento e reprodução do sistema; também os factores e processos *internos* (endógenos) geram mudanças sistémicas. De facto, os próprios mecanismos reguladores possuem, muitas vezes, um cariz transformativo — alteram percepções, modificam práticas, suscitam novas estratégias, criam novas relações de poder, etc. Mas o mais importante é que essas políticas acabam por originar redistribuições do poder material (riqueza) e do poder simbólico entre actores sociais com interesses contraditórios; podem também ocasionar, mesmo que de forma não intencional, a emergência de novos valores, modelos ou estratégias, assim ameaçando ou minando a estabilidade geral do sistema.¹²

Em suma, as configurações institucionais de regulação intentam lidar com uma variedade de problemas e instabilidades do capitalismo, assim como resolver conflitos de grande dimensão ou inviabilizar a sua eclosão e evitar perdas substanciais de confiança no sistema ou a formação de oposição ao mesmo. Na maior parte dos países da OCDE foi obtido um nível razoável de

12 Daí resulta que o capitalismo moderno muito dificilmente será “o fim da história”, a partir do qual não existirá nenhuma alternativa sistémica viável (Fukuyama, 1992). A questão mantém-se: onde nos levarão as dinâmicas do sistema capitalista? E qual é o papel da “política” nessa evolução? A lógica política e a estruturação e reprodução das instituições devem ser entendidas, em grande parte, como o resultado endógeno de interações entre actores sociais dotados de determinadas intenções e objectivos. Não obstante, têm que ser reconhecidas, mais uma vez, a incompletude do conhecimento e a natureza contraditória das acções políticas e dos arranjos institucionais.

aceitação, e mesmo de satisfação (reforçada ideologicamente) com o capitalismo. As condições de vida das classes trabalhadoras e da população em geral têm melhorado nesses países, bem como nalguns dos países menos desenvolvidos. Por outro lado, em muitos destes últimos (onde existem regimes políticos com poucos recursos, corruptos e/ou autoritários que ignoram ou negligenciam os diversos problemas e impactos produzidos pelo funcionamento do sistema) os agentes capitalistas não estão sujeitos ao mesmo grau de regulação.

- *Diversidade socioeconómica e capitalismos múltiplos.* A noção de uma economia global una e praticamente homogénea é um mito. A economia mundial é dominada pela tríade Europa, Japão e EUA. Para além disso, as capacidades para explorar oportunidades de lucro e para evitar obstáculos e perdas estão distribuídas de forma muito desigual. Dada a substancial variação existente em termos de condições culturais e institucionais, não é surpreendente que tenha sido desenvolvida uma grande variedade de configurações capitalistas, embora com graus distintos de eficácia e expansividade; também foram desenvolvidos alguns capitalismos que não resultaram. Um corolário lógico disto é que os vários países têm capacidades diferenciais para regular e estabilizar eficazmente o funcionamento e desenvolvimento do capitalismo, o que contribui para explicar parcialmente algumas das diferenças em termos de performance do sistema, e. g., entre os países desenvolvidos e os países menos desenvolvidos (mas também variações no interior das duas categorias [ver *infra*]).

Assim, o capitalismo tem assumido formas significativamente diferentes em vários países e regiões, tais como a Argentina, Áustria, Brasil, Canadá, Chile, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão, Coreia, Rússia, Suécia, Taiwan e os EUA, entre outros. Essa variação é bem expressa pela noção de estrutura social (ou contextualização social) dos processos económicos (Baumgartner, Burns e Deville, 1986; Granovetter, 1985; Hollingsworth e Boyer, 1997). Os complexos produtivos e os processos de acumulação de capital tendem a variar substancialmente: por vezes, a acumulação socioeconómica surge associada à criação de sistemas produtivos inovadores, através do investimento em investigação e desenvolvimento e da produção de novos conhecimentos e técnicas de melhoramento dos processos produtivos e das mercadorias; noutros casos, à extracção de petróleo, como acontece com a Arábia Saudita ou com o Kuwait; noutros casos ainda, a acumulação deve-se ao funcionamento da banca e finança internacionais (Suíça, Luxemburgo). De igual maneira, as fontes de ruptura ou bloqueamento da produção, dos processos comerciais e da acumulação de capital variam substancialmente. Num caso, são devidas a uma guerra civil; noutro, a uma inflação galopante; noutro ainda, a impostos excessivos e constrangimentos da actividade empresarial determinados por um ditador; ou então a combinações de múltiplos factores (ver *infra*).

Uma teoria dos capitalismos múltiplos tem origem nos (e chama a atenção para os) contextos socioculturais e políticos dos processos do capitalismo e da

sua evolução. Esta conceptualização contribui, por um lado, para compreender melhor os diferentes padrões de desenvolvimento dos países desenvolvidos e menos desenvolvidos (incluindo aqueles onde são identificáveis movimentos de mobilidade ascendente) (ver *infra*); por outro lado, ajuda a identificar e a compreender algumas das diferenças emergentes entre dois “complexos” centrais de destaque, a União Europeia e os EUA. A recente concepção de “capitalismo social” na UE diferencia-se do “capitalismo livre” dos EUA, o que chama a atenção para os diferentes contextos socioculturais e políticos do desenvolvimento capitalista que caracterizam as duas áreas: diferenças relativamente aos sistemas de regulação (mais aceites e esperados na Europa, menos nos EUA); na UE, os sistemas de providência social são considerados como elementos centrais da sociedade contemporânea e relativamente compatíveis com o desenvolvimento capitalista, em contraste com os EUA, onde esses sistemas são encarados como um fardo que, sendo eventualmente necessário, constrange a expansão eficaz do capitalismo; a necessidade de protecção do ambiente, ainda que à custa da criação de constrangimentos ao funcionamento do capitalismo (na UE), contra a ideia de minimização dos custos de protecção ambiental (nos EUA); desenvolvimento tecnológico cauteloso na Europa, em contraste com um maior optimismo e uma maior assunção de riscos nos EUA. Não obstante, na prática as diferenças são muitas vezes menores do que aquilo que é expresso retoricamente em posturas e declarações públicas.

- *Complexidade, contradições e múltiplas fontes de crise.* O capitalismo é um sistema complexo e dinâmico que ainda não foi compreendido na sua totalidade, nem mesmo por intermédio dos modelos científicos, realizações e esforços teóricos mais elaborados. Duas classes genéricas de situações-problema podem originar instabilidade e mau funcionamento e levar, potencialmente, ao aparecimento de crises sistémicas (Burns e Carson, 2005):
 - 1) desequilíbrios sistémicos (sobreprodução ou procura insuficiente; excessiva expansão monetária ou financeira); instabilidade (volatilidade dos preços ou da procura, febres especulativas); mau funcionamento de processos e subsistemas (fracassos de regulação, bloqueio ou colapso de sistemas fundamentais de transporte e comunicação); processos viciosos ou destrutivos de *feedback*;
 - 2) problemas sociais, conflitos e lutas intergrupais ou oposição disruptora, especialmente quando os instrumentos de regulação ou de resolução de conflitos são débeis ou desapropriados.

Tipicamente, as situações-problema desembocam em crises se perturbarem de forma substancial e sistemática os processos nucleares da ordem capitalista: produção e actividades comerciais, rentabilidade, acumulação de capital e reprodução de instituições-chave.

A conceptualização e análise das relações interestruturais e das instabilidades e problemas que elas podem originar tem constituído uma vertente partilhada

pelas teorias dos sistemas dinâmicos. Estruturas múltiplas e incompatíveis provocam problemas de funcionamento, instabilidade e desordem, bem como conflitos e lutas sociais entre grupos e classes. Podem ser identificadas algumas áreas principais de crise, relacionadas com situações-problema sistémicas e interestruturais (as reflexões seguintes inspiram-se, em parte, nos trabalhos de Lockwood [1964] e Archer [1995]):¹³

- *Desordem causada por desfasamentos sistémicos*. Pode falar-se de desfasamento institucional entre instituições estabelecidas, por um lado, e novas relações de desenvolvimento, por outro. Essas “forças” emergentes são incompatíveis com os constrangimentos institucionais existentes e a existência em simultâneo de estruturas sedimentadas e estruturas emergentes (como sejam novas tecnologias e estratégias ou novas formas de competição) origina contradições entre ambas. Desenvolvimentos técnicos, tecnológicos ou de conhecimento podem revelar limitações de instituições e aparatos reguladores activos, por exemplo; podem surgir desenvolvimentos negativos e dispendiosos, ou confrontos com ideais ou fortes princípios morais. Assim, na área das tecnologias contemporâneas de informação, tem sido provada a inadequação dos actuais regimes legais relativos aos direitos de propriedade intelectual, despoletando iniciativas de reforma. As configurações e incentivos institucionais existentes também podem funcionar de forma perversa, bloqueando desenvolvimentos criativos e frutuoso ou propiciando formas extremas e inaceitáveis de desvio, por exemplo. Assim, o desenvolvimento da internet tem sido muito frutuoso em múltiplos aspectos, mas também tem originado reivindicações de novos e mais poderosos mecanismos de regulação, capazes de lidar com o acesso fácil e com a exploração da *World Wide Web* para comercialização de pornografia, desenvolvimento de mercados de música racial e criação de páginas racistas e extremistas, entre outros problemas.
- *Desordem entre múltiplos segmentos* (contradições entre valores e configurações institucionais democráticas e capitalistas, por exemplo). Através do impacto não intencional que provoca noutras esferas da vida social, o capitalismo gera desordem e descontentamento, que originam, por sua vez, movimentos de oposição. Ou seja, os agentes que operam no contexto social e político do capitalismo podem voltar-se contra ele, devido aos seus múltiplos impactos, muitos deles negativos, sobre populações, comunidades e ambiente. O capitalismo destabiliza e destrói de forma sistemática. Daí advém a necessidade de implementar formas de vigilância, de criar oportunidades para identificar e discutir problemas e para expressar descontentamentos: liberdade de imprensa, profissões científicas e participação pública, por exemplo. Os complementos sistémicos das configurações capitalistas — como sejam as

13 Anteriormente chamei a atenção para a potencial existência de incompatibilidades entre determinadas ordens socioeconómicas e o seu ambiente natural, do qual dependem em termos de recursos; trata-se de uma situação-problema com características específicas e particularmente problemáticas.

várias estruturas políticas democráticas — são também essenciais para assegurar a sua eficácia e sustentabilidade.

No entanto, como já foi referido, a própria democracia contribui para destabilizar o sistema, especialmente quando as consequências do desenvolvimento tecnológico e da expansão e acumulação capitalistas não são imediatamente claras, tendo as reacções lugar muito mais tarde, quando as situações-problema evoluem para estados de crise e originam grandes conflitos e reivindicações. É também importante ter presente que o cariz igualitário da democracia tende a colidir com a exclusividade e concentração da riqueza e do poder de decisão dos desenvolvimentos futuros e do destino colectivo.

- *Desordem de integração.* Resulta de défices de integração social (a organização e a coesão sociais ou a solidariedade são insuficientes), sendo esta considerada como basilar na regulação, estabilização ou resolução de problemas críticos associados às complexas interdependências sistémicas do capitalismo. Actualmente, o problema da relação existente entre as interdependências do sistema e a fragmentação social é particularmente agudo a nível global, não obstante existirem alguns movimentos e desenvolvimentos institucionais que apontam para soluções parciais (ver *infra*). Esse problema resulta da inexistência de uma governação global e da fragmentação dos estados constitutivos do capitalismo contemporâneo. Alguns (Burns e Deville, 2003; Deville e Burns, 2004; Martinelli, 2005) interpretam as normas, formações comunitárias, organizações governamentais internacionais e ONG emergentes como elementos de um contexto regulatório em desenvolvimento (ainda largamente desigual e incompleto). No entanto, o problema da crescente “interconexão sistémica” desenvolve-se de forma mais rápida que a criação de formas de integração cultural e política que visam restringir e regular o capitalismo global. Pode dizer-se, em última instância, que a questão depende largamente de desenvolvimentos futuros ainda indefinidos.¹⁴

Outro problema, relacionado com este último, é o da desordem provocada por uma *integração social desadequada ou perversa* relativamente às interdependências do sistema (em vez de défices de integração social necessária para a regulação e resolução de problemas). Existem instituições e modelos de regulação que são desapropriados e ineficazes (e até, eventualmente, contraproducentes), não obstante terem sido eficazes e adequados no passado. Regimes de regulação anteriormente adequados transformam-se assim, muitas vezes, em problemas e factores destabilizadores. As políticas e instituições reguladoras, aparentemente criadas para limitar ou resolver determinadas características destabilizadoras do capitalismo, produzem em vez disso consequências não intencionais. Isso reflecte a existência de incompatibilidades

14 Mesmo ao nível nacional, não existem perspectivas abrangentes e sistemáticas do funcionamento e dos impactos provocados pelo grande número de intervenções, o que tende a produzir, por sua vez, desordem e instabilidade. Uma estabilização geral eficaz requer um grau substancial de coordenação e concatenação. Esse desafio é consideravelmente maior no que diz respeito à globalização e aos seus múltiplos impactos.

entre o sistema de regulação e o desenvolvimento capitalista, resultantes do facto de esse sistema de regulação ter sido desenhado para lidar com relações e processos de um *sistema capitalista anterior e relativamente diferente*. Quando é sujeito a processos de regulação, o sistema transforma-se invariavelmente.

O facto de os aparatos de regulação nunca terem conseguido evitar ou controlar completamente a instabilidade do sistema e os conflitos grupais nas sociedades capitalistas é visível na ocorrência de greves, manifestações, absentismo, queixas e sintomas de stresse e esgotamento devidos ao trabalho, mesmo em sociedades com sistemas de providência altamente desenvolvidos, como as da União Europeia ou da América do Norte (ou, em termos mais gerais, os países da OCDE). Novos problemas e reivindicações continuam a surgir: relativamente à qualidade do ambiente de trabalho, a um maior envolvimento participativo e a questões ecológicas, por exemplo.

Os processos de regulação, ao mesmo tempo que estabilizam o sistema de forma relativa e temporária, podem criar condições para a emergência de novos problemas institucionais e conflitos sociais, intensificando a instabilidade. Na área monetária, por exemplo, medidas entendidas como estabilizadoras — uma única moeda nacional e um banco central nos EUA do século XIX — transformaram-se em novos factores criadores de instabilidade, como quando a Reserva Federal, através das suas políticas e medidas de regulação, contribuiu para agravar e prolongar a grande depressão de 1929 e as suas consequências (Burns e Deville, 2003).

- *Desordem reflexiva*. Uma contradição fundamental do sistema capitalista reside no facto de este necessitar de ordem e previsibilidade ao mesmo tempo que produz desordem e contingência (desenvolvo brevemente este argumento um pouco mais à frente). Os proprietários/administradores capitalistas, assim como os agentes reguladores, necessitam de estabilidade e previsibilidade para tomarem decisões e para comandarem de forma racional as actividades produtivas. Ao mesmo tempo, os agentes capitalistas, os reguladores e outros grupos geram instabilidade e contingência, ao inovarem em termos técnicos, tecnológicos e estratégicos, sendo levados a isso pelas lógicas e condições de competição e conflito. Ao competirem entre si — ou ao anteciparem a competição futura — os agentes capitalistas inovam, originando mudanças ao nível dos produtos, dos processos de produção e da distribuição. Algumas dessas mudanças têm consequências não intencionais.

As próprias condições democráticas podem contribuir para destabilizar e gerar oposição ao funcionamento e desenvolvimento do capitalismo (ou a alguns dos seus aspectos). Actores concorrentes, grupos sociais e agentes estatais lidam com alguns ou com muitos dos impactos externos gerados, intencionalmente ou não, pelo funcionamento do sistema (incluindo a expansão de projectos já existentes ou o lançamento de novos projectos). Geralmente, essas múltiplas respostas não são coordenadas. Algumas ONG podem manifestar-se contra diversos impactos do capitalismo, ou apenas chamar a atenção da comunicação social a seu respeito, por exemplo. Ou então um governo pode antecipar as reivindicações de determinados grupos de cidadãos ou

responder a pressões de grupos negativamente afectados, no passado ou actualmente, pelo funcionamento e desenvolvimento do capitalismo (ou que prevêem vir a sê-lo), introduzindo novas políticas, instrumentos e estratégias de regulação. Mesmo quando são feitas na tentativa de evitar disrupções, as alterações nos mecanismos de regulação de um sistema complexo originam consequências não intencionais e muitas vezes disruptivas.

Em suma, quer os agentes capitalistas, quer os agentes reguladores precisam de estabilidade e previsibilidade que facilitem a tomada racional de decisões e o comando das actividades de produção, ao mesmo tempo que, juntamente com outros actores (incluindo aqueles que se opõem ao capitalismo), geram instabilidade, contingência e desordem através das suas acções e interacções. Esta contradição do sistema constitui uma fonte inesgotável de crises.

O futuro do capitalismo globalizante

O fracasso da previsão feita por Marx acerca do colapso do capitalismo, que resultaria do declínio dos lucros e da incapacidade para manter uma acumulação sustentável de capital, pode ser explicado pela robustez do sistema quando sujeito a mecanismos adequados de regulação. Essa robustez caracterizou particularmente os sistemas onde o capitalismo estava, aparentemente, à beira da revolução, ou seja, as sociedades capitalistas avançadas. Uma explicação para o fracasso da previsão de Marx (partindo do princípio que esta última tem, apesar de tudo, algum grau de pertinência) é fornecida pela teoria do sistema mundial, nomeadamente no que respeita à exploração dos produtores periféricos pelos produtores do centro, que permite que os países centrais mantenham níveis elevados de lucros e de acumulação de capital. Outra explicação, que não exclui a anterior, prende-se com a elaboração e implementação bem sucedida de regimes de regulação na maior parte dos países da OCDE e em alguns países menos desenvolvidos, o que contribuiu em simultâneo para estabilizar relativamente o funcionamento do capitalismo e para mediar as lutas de classes e outros conflitos. Os conjuntos de medidas de regulação asseguraram não apenas a acumulação de capital, como também outros processos essenciais de acumulação e desenvolvimento.

O complexo regulatório, assim como uma redistribuição substancial de recursos, podem limitar ou corrigir desigualdades extremas e capacidades assimétricas de desenvolvimento entre regiões, sectores e grupos ocupacionais. Parte dessas correcções e ajustes resultou no desenvolvimento dos estados-providência modernos nas sociedades ocidentais. No entanto, *essa regulação é praticamente inexistente ao nível internacional*. Em grande parte dos países do Terceiro Mundo, esses regimes de regulação também não assumem as características aprofundadas e abrangentes que têm nos países desenvolvidos (como os da OCDE). Muitos dos problemas de instabilidade e dos conflitos sociopolíticos mais antigos do sistema capitalista têm ressurgido sob novas formas. Emergiu, nomeadamente, uma nova política global do capitalismo, ilustrada pelos protestos que têm tido lugar desde o ano 2000: contra a OMC em Seattle (Washington), nas reuniões do G8 em Praga (República Checa) e em Génova (Itália), no encontro do Fórum Económico Mundial em Davos

(Suíça), bem como contra as reuniões da União Europeia em Nice (França) e em Gotemburgo (Suécia). Esses protestos direccionam-se, em parte, contra as práticas e configurações institucionais do capitalismo global, e têm gerado incertezas e o risco de disrupção e constrangimento da acumulação e desenvolvimento capitalistas. Isto deve ser entendido no contexto da crescente política global do capitalismo e da articulação de reivindicações acerca da necessidade de regulação acrescida e até de uma reestruturação profunda do sistema.

Em qualquer análise da globalização, compreendida como uma complexificação e reestruturação vasta das configurações capitalistas, é essencial fazer a distinção entre a complexificação de padrões antigos e a emergência de padrões, mentalidades e estratégias inteiramente novos. A globalização dificilmente pode ser considerada como um fenómeno novo, se o termo disser apenas respeito à expansão rápida e sistemática do comércio ou mesmo do investimento directo estrangeiro. Algumas formas de globalização datam de há muito, tendo sido a teoria do sistema mundial a primeira a dar-lhes o devido destaque. Outras são bastante mais recentes, como é o caso da globalização altamente desenvolvida, anterior à I guerra mundial, que resultou do desenvolvimento de vias-férreas e navios a vapor. Particularmente novas nos dias de hoje são as configurações transnacionais e oligopolistas que abarcam grande número e diversidade de mercados. Igualmente de destacar é a preponderância generalizada da regulação financeira das actividades produtivas, padrão resultante, em parte, da liberalização acrescida dos fluxos de capital e das dinâmicas de especulação características desses fluxos. Estes dois processos fundamentais têm contribuído para um declínio da eficácia das políticas e regulações nacionais e implicam, de acordo com alguns autores, o “fim da política económica ou capitalista”. Contudo, convém tomar algumas cautelas com uma causalidade tão simples. Embora o sistema mundial seja propício a que os agentes capitalistas evitem as regulações estatais de cada país (o que é realçado pela teoria do sistema mundial), é também observável a emergência de algumas formas limitadas de regulação internacional (FMI, OMC, agências de normas e padrões) e de ONG capazes de actuarem como grupos de pressão eficazes.

Por outras palavras, existe hoje uma interrogação óbvia relativamente à relevância e papel das democracias e das instituições estatais como vectores eficazes de regulação e desenvolvimento do capitalismo. Não obstante, estão a ser criadas novas formas de organização colectiva (ONG, nomeadamente) que trabalham no sentido da criação de novas políticas e modalidades de organização social. O movimento “anti-globalização” irá, provavelmente, descobrir que está não tanto contra a globalização, como contra a natureza hegemónica do sistema capitalista como sistema de poder e organização social. É claro que a política contemporânea já deixou de se resumir a um conjunto de “processos representativos democráticos” num quadro estatal (e constitucional) (Burns, 1999). A política transformou-se numa multiplicidade de modalidades diversificadas e muitas vezes descentralizadas de organização e acção social, quer ao nível local, quer a níveis mais globais, lidando com a *praxis* da vida social (incluindo, obviamente, a vida económica) e tentando criar estruturas e estratégias alternativas. Ainda não é claro se dessas múltiplas experiências resultará um modelo coerente e mais macrossocial para o “capitalismo”. Mas não há dúvida de

que essa evolução já é suficientemente nítida e que, mais cedo ou mais tarde, terá consequências sociais e económicas muito importantes.

Em vários países onde existe uma democracia eficaz foram impostos, no passado, vários constrangimentos ao desenvolvimento capitalista (e às formas de exploração). Um processo semelhante poderá ou não emergir ao nível global. É, contudo, improvável que num futuro próximo a regulação seja efectuada por um estado mundial (sucessor das Nações Unidas, por exemplo); pode antes esperar-se que ela seja realizada por intermédio de instituições e redes de diversos actores: interesses corporativos, ONG como *stakeholders* em situações e problemas específicos. Além disso, os constrangimentos máximos ao desenvolvimento do capitalismo são, provavelmente, de natureza material: poluição, esgotamento de recursos e alterações climáticas, por exemplo. Nalguns casos, um ou mais factores-chave da base produtiva estão em declínio ou ameaçados por uma redução substancial no futuro próximo. A sustentabilidade não será possível a longo prazo. Problemas semelhantes já ocorreram no passado, mas foram de âmbito mais limitado, ou seja, eram problemas essencialmente locais. As erosões actuais são mais abrangentes e profundas, mas também lhes é prestada maior atenção, sendo mais fortes a mobilização e as pressões prolongadas que visam a realização de reformas e reestruturações do sistema capitalista. Mais recentemente, novos conflitos e pressões têm dado origem a inovações e à implementação de processos mais eficientes em áreas anteriormente negligenciadas pelos capitalistas e seus administradores, preocupados sobretudo em inovar em termos de controlo e economização do trabalho. Tem vindo a ser dada mais atenção a questões relacionadas com o uso da energia, o controlo da poluição, os recursos renováveis, a reciclagem, as energias alternativas e a utilização dos recursos naturais em geral. Contudo, não é ainda possível determinar se estes desenvolvimentos são suficientes para assegurar a sustentabilidade, a longo prazo, dos sistemas capitalistas.

Considerações finais

Ao longo deste artigo chamei a atenção para algumas das instabilidades do capitalismo, quer como sistema económico *per se*, quer como força geradora de instabilidade sociopolítica e deterioração ambiental. Argumentei que uma regulação apropriada é essencial para estabilizar os sistemas capitalistas e assegurar o seu funcionamento eficaz. Para isso são também necessárias configurações institucionais apropriadas e agentes sociais com competência e motivação para guiar e pôr em prática essas configurações em circunstâncias variáveis, assim como para adaptá-las e reformá-las eficazmente em face de fracassos operacionais e mudanças ambientais. A introdução e implementação de quadros de regulação depende igualmente da existência de autoridade política.¹⁵

As sociedades modernas originaram e continuam a originar poderes revolucionários — associados em grande partes às dinâmicas do capitalismo — ao mesmo tempo que possuem um conhecimento limitado acerca desses poderes e das suas consequências. É elevado o número de resultados e efeitos não intencionais: os

sistemas sociais e ecológicos são perturbados, alterados e transformados, enquanto surgem novos agentes e movimentos sociais que reagem a essas condições, desenvolvendo estratégias e modelos críticos e criando novos desafios e oportunidades de inovação e transformação institucional. Consequentemente, as sociedades capitalistas contemporâneas — caracterizadas por determinadas configurações centrais e também pela existência de uma grande diversidade de oponentes a alguns ou a muitos aspectos do sistema e seu desenvolvimento — encontram-se envolvidas não apenas numa luta global, mas também numa experiência (ou, mais precisamente, numa multiplicidade de experiências) que, em grande parte, ninguém controla. As capacidades disponíveis para monitorizar e avaliar essas experiências continuam a ser bastante limitadas (ver ponto sobre “Consequências imprevistas e não intencionais num sistema complexo” na secção sobre “Mecanismos centrais e a lógica do funcionamento capitalista”). Igualmente muito limitadas são as possibilidades actuais de constrangimento e regulação do capitalismo global, como já foi referido. Como podem então os poderosos capitalistas globais ser responsabilizados pelas suas acções? Que modelos e procedimentos podem articular a nova política referida anteriormente com a economia capitalista global? Estas questões assumem grande importância científica e política. As teorias que investigam e analisam o capitalismo e a sua evolução numa perspectiva holística — como é o caso das que foram apresentadas neste artigo — têm um importante papel a desempenhar na explicação das dinâmicas do sistema e no desenvolvimento de políticas adequadas.

As teorias dos sistemas dinâmicos que foram aqui sintetizadas lidam, claramente, com fenómenos importantes em termos sociológicos: as condições materiais da vida social, as classes sociais, a estratificação, os factores que afectam a mobilização colectiva e o poder político, os processos de conflito, a reprodução e transformação dos sistemas capitalistas. Incorporam também alguns conceitos fundamentais da teoria sociológica de forma construtiva e útil.¹⁶ conceptualizações institucionais, culturais e normativas; redes e movimentos sociais; vários tipos de relações e papéis sociais; articulações entre sistemas sociais e entre estes e o ambiente natural; processos de reprodução e transformação e questões de sustentabilidade, por exemplo. Estas teorias abordam as dinâmicas e padrões de desenvolvimento do capitalismo através de reflexões estruturais e interestruturais, na linha do trabalho de Max Weber (1976, 1981), em vez de seleccionarem apenas um factor explicativo (outra abordagem multidimensional do capitalismo pode ser encontrada em Hollingsworth e Boyer [1997]).

15 Este processo acarreta, em parte, o desenvolvimento de sistemas de conhecimento e contabilidade para controlar as áreas problemáticas. A criação de sistemas de informação e contabilidade transversais às esferas económica, social e material apresenta-se, aliás, como um grande desafio contemporâneo, tendo que ver com a emergência daquilo a que se pode chamar de *triple bottom line*.

16 No respeitante às teorizações marxistas, ver Anderson (1976), Burawoy e Skocpol (1982), Burawoy e Wright (2000), Collins (1988), Moore (1966), van Parijs (1993), Wright, Levine e Sober (1992); relativamente à teoria do sistema mundial, ver Chase-Dunn e Hall (1997) e Wallerstein (2004); já no que toca à teoria das dinâmicas actor-sistema, ver Burns e Carson (2002, 2005) e Burns e Flam (1987).

As perspectivas aqui apresentadas desempenham uma função importante, contribuindo para o desenvolvimento de linguagens, conceptualizações e integrações teóricas comuns, em face da elevada fragmentação existente entre as ciências sociais e adentro da própria sociologia. Nesta última, isso resulta particularmente de uma dedicação institucionalizada à pesquisa teórica e empírica de “médio alcance”. A um nível prático, mantém-se o grande desafio de estabelecer e desenvolver uma sociologia e um complexo de ciências sociais que possam, de forma ágil e sistemática, articular elementos de conhecimento especializado capazes de fornecerem respostas a alguns dos mais importantes problemas contemporâneos, particularmente no que diz respeito a compreender e a domar o capitalismo global.

[Tradução de Eduardo Alexandre Rodrigues]

Referências bibliográficas

- Anderson, P. (1976), *Considerations on Western Marxism*, Londres, New Left Books.
- Archer, M. S. (1995), *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Baumgartner, T. (1978), “An actor-oriented systems model for the analysis of industrial democracy measures”, em F. Geyer e J. van der Zouwen (orgs.), *Sociocybernetics: An Actor-oriented Social Systems Approach*, Leiden, Martinus Nijhoff.
- Baumgartner, T., W. Buckley, e T. R. Burns (1975), “Relational control: the human structuring of cooperation and conflict”, *Journal of Conflict Resolution*, 19, pp. 417-440.
- Baumgartner, T., T. R. Burns, e P. Deville (1975), “The structuring of international economic relations”, *International Studies Quarterly*, 19, pp. 126-159.
- Baumgartner, T., T. R. Burns, e P. Deville (1979), “Work, politics and social structuring under capitalism”, em T. R. Burns e V. Rus (orgs.), *Work and Power*, Londres, Sage Publications.
- Baumgartner, T., T. R. Burns, e P. Deville (1986), *The Shaping of Socio-Economic Systems*, Londres/Nova Iorque, Gordon & Breach.
- Bergesen, A. (1983), *Crises in the World-System*, Beverly Hills, CA Sage Publications.
- Buckley, W. (1967), *Sociology and Modern Systems Theory*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- Buckley, W. (1998), *Society, a Complex Adaptive System: Essays in Social Theory*, Amesterdão, Gordon & Breach.
- Burawoy, M., e T. Skocpol (1982), “Marxist inquiries: studies of labor, class, and states”, *American Journal of Sociology*, 88, suplemento.
- Burawoy, M., e E. O. Wright (2000), “Sociological Marxism”, versão 3.1, manuscrito.
- Burns, T. R. (1999), “The evolution of parliaments and societies in Europe: challenges and prospects”, *European Journal of Social Theory*, 2 (2), pp. 167-194.
- Burns, T. R. (2006), “System theories”, em G. Ritzer (org.), *The Encyclopedia of Sociology*, Oxford, Blackwell.
- Burns, T. R., e M. Carson (2002), “Actors, paradigms and institutional dynamics: The

- theory of social rule systems applied to radical reforms”, em R. Hollingsworth, K. H. Muller e E. J. Hollingsworth (orgs.), *Advancing Socio-Economics: An Institutional Perspective*, Oxford, Rowman and Littlefield.
- Burns, T. R., e M. Carson (2005), “Social order and disorder: institutions, policy paradigms and discourses: an interdisciplinary approach”, em P. Chilton e R. Wodak (orgs.), *A New Agenda in Critical Discourse Analysis: Theory and Interdisciplinarity*, Amesterdão/Filadélfia, John Benjamins Publishing Company.
- Burns, T. R., e E. Roszkowska (2005), “Conflict and conflict resolution: A societal-institutional approach”, em M. Raith, *Procedural Approaches to Conflict Resolution*, Berlim/Londres, Springer Press.
- Burns, T. R., e H. Flam (1987 [reimpresso em 1990]), *The Shaping of Social Organization: Social Rule System Theory with Applications*, Londres, Sage Publications.
- Burns, T. R., e M. Kamali (2003), “The evolution of parliaments: a comparative, historical perspective on assemblies and political decision-making”, em G. Delanty e E. Isin (orgs.), *Handbook of Historical Sociology*, Londres, Sage Publications.
- Burns, T. R., e outros (2002), “The theory of actor-system dynamics: human agency, rule systems and cultural evolution”, em *Encyclopedia of Life Support Systems*, Paris, UNESCO.
- Burns, T. R., e P. Deville (2003), “The three faces of the coin: a socio-economic approach to the institution of money”, *European Journal of Economic and Social Systems*, 16 (2), pp. 149-195.
- Burns, T. R., T. Baumgartner, e P. Deville (1985), *Man, Decisions, Society: The Theory of Actor-System Dynamics for Social Scientists*, Londres, Gordon & Breach.
- Chase-Dunn, C., e T. D. Hall (1997), *Rise and Demise: Comparing World-Systems*, Boulder, CO, Westview Press.
- Chirot, D., e T. D. Hall (1982), “World-system theory”, *Annual Review of Sociology*, 8, pp. 81-106.
- Collins, R. (1988), *Theoretical Sociology*, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovich Publishers.
- Deville, P., e T. R. Burns (2004), “Contemporary capitalism, its discontents and dynamics: Institutional and political considerations”, comunicação apresentada no 36.º Congresso Mundial do Instituto Internacional de Sociologia, Beijing, China, Julho de 2004.
- Dahrendorf, R. (1959), *Class and Conflict in Industrial Society*, Stanford, Stanford University Press.
- Fukuyama, F. (1992), *The End of History and the Last Man*, Nova Iorque, Free Press.
- Geyer, F., e J. van der Zouwen (orgs.) (1978), *Sociocybernetics: An Actor-oriented Social Systems Approach*, Leiden, Martinus Nijhoff.
- Gindoff, P., e G. Ritzer (1994), “Agency-structure, micro-macro, individualism-holism-relationism: a metatheoretical explanation of theoretical convergence between the United States and Europe”, em P. Sztompka (org.), *Agency and Structure: Reorienting Social Theory*, Londres, Gordon & Breach.
- Granovetter, M. (1985), “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”, *American Journal of Sociology*, 50, pp. 481-510.
- Hollingsworth, J. R., e R. Boyer (1997), *Contemporary Capitalism: The Embeddedness of*

- Institutions*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Hopkins, T. K., e I. Wallerstein (1982), *World-Systems Analysis: Theory and Methodology*, Beverly Hills, CA, Sage Publications.
- Jaeger, C. C. (1994), *Taming the Dragon: Transforming Economic Institutions in the Face of Global Change*, Amesterdão, Gordon & Breach.
- Janowitz, M. (1977), "A sociological perspective on Wallerstein", *American Journal of Sociology*, 82 (5), pp. 1090-1097.
- Lockwood, D. (1964), "Social integration and system integration", em G. K. Zollschan e H. W. Hirsch (orgs.), *Explorations in Social Change*, Boston, Houghton Mifflin.
- Mandel, E. (1993), *Revolutionary Marxism and Social Reality in the 20th Century: Collected Essays*, org. e introdução de Steve Bloom, Atlantic Highlands (N. J.), Humanities Press.
- Martinelli, A. (2005), *Global Modernization: Rethinking the Project of Modernity*, Londres, Sage Publications.
- Marx, K. (1967 [1867]), *Capital*, Nova Iorque, International Publishers.
- Marx, K. (1973a), *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*, Londres, Penguin.
- Marx, K. (1973b), "The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte", em *Surveys from Exile*, Harmondsworth, Penguin.
- Moore, B. (1966), *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Boston, Beacon Press.
- O'Connor, J. (1973), *The Fiscal Crisis of the State*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- Olson, M. (2000), *Power and Prosperity: Outgrowing Communist and Capitalist Dictatorship*, Nova Iorque, Basic Books.
- Parsons, T. (1951), *The Social System*, Glencoe, IL., Free Press.
- Parsons, T. (1966), *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*, Englewood Cliffs, N J, Prentice-Hall.
- Poulantzas, N. (1978), *Classes in Contemporary Capitalism*, Londres, Verso.
- Przeworski, A. (1985), *Capitalism and Social Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Skocpol, T. (1977), "Wallerstein's world capitalist system: a theoretical and historical critique", *American Journal of Sociology*, 82 (5), pp. 1075-1090.
- Stinchcombe, A. L. (1968), *Constructing Social Theories*, Nova Iorque, Harcourt, Brace, and World.
- van Parijs, P. (1993), *Marxism Recycled*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Wallerstein, I. (1974), *The Modern World System*, Nova Iorque, Academic Press.
- Wallerstein, I. (2004), *World-Systems Analysis: An Introduction*, Durham, N C, Duke University Press.
- Weber, M. (1951), *The Religion of China*, Nova Iorque, Macmillan Company.
- Weber, M. (1976), *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Londres, Allen & Unwin.
- Weber, M. (1981), *General Economic History*, New Brunswick, Transaction Books.
- Wright, E. O., A. L. Levine, e E. Sober (1992), *Reconstructing Marxism*, Nova Iorque, Verso.

Tom R. Burns. Department of International Environment and Development Studies (Noragric), Norwegian University of Life Sciences (UMB). *E-mail*:

tom.burns@soc.uu.se

Phillipe Deville. Université Catholique de Louvain (UCL), Institut de Recherches Économiques et Sociales (IRES). *E-mail*: deville@ires.ucl.ac.be

Resumo/abstract/résumé/resumen

Teorias dos sistemas dinâmicos: teorizações sobre o capitalismo e a sua evolução

São brevemente revistas e avaliadas neste artigo as teorias sociológicas que abordam as dinâmicas e a transformação dos sistemas sociais, particularmente dos sistemas capitalistas. A partir dessas abordagens é feita uma síntese das teorizações acerca do capitalismo e são referidas algumas pistas de investigação. São também aferidos o valor e o lugar, na teoria sociológica, das teorias dos sistemas dinâmicos.

Palavras-chave Teorias de sistemas, capitalismo, sistemas de regulação, globalização.

Dynamic system theories: theorizing about capitalism and its evolution

This article provides a brief overview and assessment of sociological system theories focusing on the dynamics and transformation of social systems with particular attention to capitalist systems. Drawing on these system approaches, it provides a synthesis of theorizing about capitalism and points to future research. The article also suggests the value and place in sociological theory of dynamic system theories.

Key-words System theories, capitalism, regulatory systems, globalization.

Théories des systèmes dynamiques: théorisations sur le capitalisme et son évolution

Cet article passe en revue les théories sociologiques qui abordent les dynamiques et la transformation des systèmes sociaux, en particulier les systèmes capitalistes. A partir de ces approches, il fait une synthèse des théorisations sur le capitalisme et donne quelques pistes de recherche. L'auteur s'interroge également sur la valeur et la place, dans la théorie sociologique, des théories des systèmes dynamiques.

Mots-clés Théories des systèmes, capitalisme, systèmes de régulation, mondialisation.

Teorías de los sistemas dinámicos: teorías sobre el capitalismo y su evolución

Son brevemente presentadas y evaluadas en este artículo las teorias sociológicas que se

centran en las dinámicas y en la transformación de los sistemas sociales, particularmente los sistemas capitalistas. A partir de este estudio es realizada una síntesis de las teorías acerca del capitalismo y se destacan algunas pistas de investigación. Son calificados también el valor y el lugar, en la teoría sociológica, de los sistemas dinámicos.

Palabras-clave Teorías de sistemas, capitalismo, sistemas de regulación, globalización.